
“TEM VÁRIOS BRAÇOS PRA COMER ARROZ”: O RECURSO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PELAS CRIANÇAS*

LARISSA TUANE LIMA DO NASCIMENTO**
MARIA AMORAS**

Resumo: este trabalho objetiva discutir como se estabelece a relação entre as famílias, as crianças e a Política de Assistência Social, no âmbito do Programa Bolsa Família, no que diz respeito ao uso do recurso, isto é, quem gere, como gere e como destina. Para isso, buscamos identificar e analisar o lugar que as crianças ocupam na família e o modo como compreendem a utilidade do benefício, uma vez que são participantes ativos das condicionalidades do Programa. Nesse sentido, o recorte metodológico considera o ponto de vista das crianças, sustentando-se nas “pesquisas sobre/com crianças”. Os resultados apontaram que os adultos se empenham para destinar o recurso como está orientado, contudo, nem sempre assim ocorre, pois as crianças vão impondo outras necessidades. Isso significa que as crianças influenciam no tocante ao gerenciamento, senão todo, parte do recurso recebido, constituindo-se, deste modo, agentes no mercado e na dinâmica da vida familiar.

Palavras-chave: Política Social. Assistência Social. Programa Bolsa Família. Crianças. Infância.

Este trabalho é resultado de um relatório final de iniciação científica, desenvolvido entre agosto de 2015 a julho de 2016. Tem como objetivo apresentar os dados iniciais de uma pesquisa maior em andamento, denominada “Novas configurações e práticas sociais das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Belém do

* Recebido em: 24.02.2017. Aprovado em: 15.03.2017.

** Doutora em Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA). Coordenadora do projeto de extensão “Jovens mães pensando suas maternidades”. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (FASS/UFPA). E-mail: amoras.sanches@gmail.com.

*** Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará-UFPA. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/PRODOUTOR. E-mail: lariissaliima@yahoo.com.br

Pará”, que se propõe estudar famílias, majoritariamente, de camadas baixas, no intuito de compreender como estão sendo acionadas como centralidade nas políticas públicas, em especial, pela Política de Assistência Social. Para tanto, detém-se à realização de um estudo do perfil das configurações das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF), a fim de identificar qual o impacto da presença deste benefício na gestão dos recursos para acatar as necessidades das famílias, buscando ainda compreender quem gere e como gere, e para que fins o benefício vem sendo utilizado.

É dentro dessa perspectiva mais ampla, que o recorte deste artigo se insere, o qual tem como proposta a análise do uso do recurso do Programa Bolsa Família pelas crianças da cidade de Belém-PA. A metodologia visa os estudos das pesquisas sobre e com crianças (COHN, 2005; PIRES, 2008; AMORAS, 2014) para identificar o lugar da criança no âmbito da família e interpretar o ponto de vista delas acerca do uso do recurso do Programa. Espera-se, deste modo, ouvindo e levando à sério o que as crianças dizem acerca da experiência de ser uma beneficiária, compreender em uma perspectiva relacional os impactos do recurso nas suas vidas ao acessar determinados objetos por meio da compra, uma vez que as famílias imprimem uma dinâmica própria no seu gerenciamento.

NOTAS DE UMA JUSTIFICATIVA METODOLÓGICA

A família é retratada pela literatura especializada como a instituição mais antiga de alcance privado e público. Por isso, é diretamente afetada pelas particularidades da chamada “questão social”. Tem por função a socialização dos seus membros por ser considerada portadora de um caráter social protetivo. Segundo Therborn (2006), a instituição família é representada por um conjunto de normas que definem direitos e deveres entre os membros que a compõem, bem como os afetos e as intimidades. Já para Mioto (2010), a família é um espaço altamente complexo em que as relações sociais são construídas historicamente a partir das negociações entre seus membros, e entre seus membros e outras esferas da sociedade, a exemplo do mercado e do Estado. A autora pontua ainda que a família é produtora de subjetividades, além de ser um polo de cuidado e de redistribuição de recursos.

A problematização da categoria *Família* a partir da pluralidade de arranjos e configurações familiares tem se constituído em uma temática contemporânea complexa para o entendimento da garantia de direitos aos seus membros, uma vez que exigem a compreensão do aspecto geracional e do lugar que ocupam no âmbito social, cultural e econômico, traduzidas nas políticas públicas de Seguridade Social.

É a partir deste contexto de discussão das temáticas Família, Estado, Sistemas de Proteção Social e Assistência, que se desenvolve a Pesquisa “Novas Configurações e Práticas Sociais das Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém do Pará”. Para tanto, pretendemos analisar a forma como as concepções de família são acionadas pela Política de Assistência Social, ao identificar como as famílias utilizam o recurso do programa. No tocante a este trabalho, além destes objetivos descritos anteriormente, tem-se ainda como específico a identificação e análise do lugar das crianças no âmbito da família, ao considerar o ponto de vista das crianças acerca do uso do recurso do PBF.

Para atingir os objetivos buscamos uma apreciação qualitativa através da realização de entrevistas que possibilitassem compreender os aspectos mais subjetivos dos usuários, tais como, papéis sociais, conflitos e incongruências na gestão dos recursos, divisão das tarefas

domésticas nas famílias, configurações e relações de gêneros e geração, e estratégias de solidariedade. Além de identificar como as famílias percebem a presença da Política de Assistência na sua vida cotidiana. Dessa maneira, foram realizados estudos dos pressupostos da pesquisa qualitativa, além do estudo sobre as categorias criança e infância, e a metodologia de pesquisa *com* crianças, isto é, toma-las como sujeitos da pesquisa.

Em relação a investigação de campo, esta se desenvolve no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Terra Firme¹. A escolha desta territorialidade se deteve por este CRAS se fixar em um Bairro tido como “periferia”, e esta “periferia” circunscrever a Universidade Federal do Pará. Não obstante, o bairro da Terra Firme no ano de 2014 e, recentemente, em 2017 sofreu, juntamente com outros bairros “periféricos”, uma chacina em que vários jovens negros foram mortos e até o presente momento não se sabe exatamente quem, nem o porquê deste fato ter ocorrido, apenas que os casos possuem forte ligação a mortes de policiais ligados a grupos de milícias.²

Contudo, o que mais particularmente conduziu o foco nesse CRAS foi o fato de por tempos a Escola Municipal do Bairro reivindicar desta Universidade ações que contribuam com a organização política e social de sua população. Deste modo, ante ao conhecimento acadêmico produzido, entendemos a responsabilidade da universidade, bem como do curso de Serviço Social, com o desenvolvimento de ações propositivas que respondam às demandas sociais.

Vale salientar que esse foi um dado muito significativo encontrado pelo trabalho de campo, fato este que fez com que a pesquisa se desdobrasse em um projeto de extensão desenvolvido no bairro na Escola Municipal Maria Stellina Valmont.³ Agora, além do trabalho com as famílias e crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família, tem-se em conjunto atividades trabalhadas para discutir as maternidades e paternidades com jovens que ali estudam, beneficiários do PBF e do CRAS Terra Firme.

Ainda sobre os materiais e métodos, há aqui a compreensão de que o conjunto de diversos pontos de vista no momento de analisar os dados devem ser considerados, pois desta forma nos apropriamos da complexidade da realidade na qual estamos inseridas, além de fomentarmos uma compreensão inteligível da realidade (GOLDENBERG, 2013).

Em termos qualitativos, os dados coletados foram então traduzidos de modo que consistam em “descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos”, como nos afirma Goldenberg (2013, p. 53). Ou seja, será a partir da compreensão subjetiva das crianças a partir da convivência em campo, que nos respaldaremos para debater sobre como estas famílias vivem, sobrevivem e configuram-se, evidenciando dessa maneira, o objetivo da pesquisa.

Por este artigo possuir um enfoque nas crianças, porém sem desconsiderar os adultos, aqui se adota a compreensão das crianças como agentes sociais, portanto, possuidoras de uma fala própria e válida capaz de influenciar e ser influenciada pelo meio em que se inserem, não sendo apenas “receptáculos de papéis e funções” (COHN, 2005, p 20). Há aqui o entendimento que estudar com crianças, requer um rompimento do pensamento “adultocêntrico” (SZYMANKI, 2015) e consideração da criança como ser atuante. Como afirma Cohn (2005, p. 27-8):

A criança atuante é aquela que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja, não sendo, portanto, passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais. Reconhecê-lo é assumir que ela não é um “adulto em miniatura”, ou

alguém que treina para a vida adulta. É entender que, onde quer que esteja, ela interage ativamente com os adultos e as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações.

Para isso, metodologias diferenciadas de pesquisa são aplicadas e a partir daí analisadas, tais quais as produções de desenhos infantis, as brincadeiras e as conversas informais, que consideram a linguagem infantil. Através dessa metodologia, superamos a compreensão exclusiva da visão adulta de compreender e se relacionar com o mundo como verdade absoluta. “O mesmo vale para a consideração das diferenças de classes sociais e de culturas” (SZYMANKI, 2015, p. 68).

Campos (2008), nos mostra que as análises das discussões metodológicas sobre trabalho com crianças não surgem apenas contemporaneamente, e que elas são observadas e estudadas em pesquisas, principalmente no campo da pedagogia e da psicologia. No entanto, tornar as crianças protagonistas do campo da investigação científica é uma tendência recente. A novidade nesta tendência se dá na medida em que o pesquisador adulto ao elaborar sua abordagem sobre estes sujeitos passa a ouvir a voz das crianças, moldando a pesquisa a partir de suas falas. Desse modo, caberá ao pesquisador que trabalha com crianças, realizar abordagens que considerem o ponto de vista delas, bem como suas experiências de vida, pois é deste modo que construirá o “processo pelo qual as crianças são ‘empoderadas’ (empowered) para construir uma representação de seu mundo social” (CAMPOS, 2008, p. 38).

Outra perspectiva aqui adotada é a de que infância e criança não são padronizadas de formas hegemônicas. Neste sentido, é possível afirmar a pluralidade no que aqui será pontuado como múltiplas infâncias. Múltiplas no sentido de demonstrar que o modo como as crianças brasileiras vivem não são iguais e há que se considerar aspectos sociais, econômicos e culturais nas quais elas estão inseridas, principalmente no contexto amazônico. E em concomitância com Rocha (2008, p. 44), considerar a pluralidade de infâncias existentes no Brasil, não significa “meramente um interesse científico. Indica um compromisso político com a luta contra a exclusão num permanente estado de indignação”. Consideramos então, além da faixa etária, a classe, a raça, a etnia e as questões de gênero.

Portanto, ao tentarmos extrair no campo de pesquisa o ponto de vista das crianças, foi cobrado do adulto pesquisador uma maior acuidade e criatividade nas técnicas que foram empreendidas. No caso desta pesquisa, trabalhou-se com a técnica da *escuta* mediada pela observação direta, pelos desenhos e conversas informais realizadas com as crianças na ocasião das brincadeiras, assim como das observações descritas em diário de campo. Ouvir as crianças, segundo Sarmiento (2011), além da condição de dar a voz, refere-se também a compreender as diversas formas como as crianças falam. Esta voz exprime-se de várias formas, canais e meios de comunicação de forma verbal e não verbal, incluindo-se o silêncio.

No âmbito das comunicações não verbais, se inserem os desenhos. Neste trabalho, foi utilizado como mais uma possibilidade metodológica, pois expressam o campo simbólico dos sentidos e significados que as crianças imprimem nas suas relações sociais, envolvendo vontades e expressões das ideias infantis. Assim os desenhos das crianças compõem neste trabalho, isto é, são sujeitos concretos expressando e fazendo representações das instituições públicas (Estado e mercado) e privadas (família). Nessa construção simbólica, inserem-se ao articular as dimensões subjetivas no âmbito social, cultural e econômico.⁴

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL, FAMÍLIAS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Após revisitar as bibliografias que tratam sobre Políticas Sociais, foi entendido que no contexto de defasagem da política econômica e social de Ford e Keynes⁵ a partir da década de 70, e as reestruturações do capitalismo idealizadas na política neoliberal, – que objetivava a retomada do crescimento econômico mundial dissolvida nesse mesmo período – surge uma tendência mundial de criar sistemas de proteções sociais que atendessem a classe trabalhadora (CAMPOS; MIOTO, 2003). No Brasil, os ideais neoliberais começam a influenciar a partir dos anos de 1990, nas campanhas reformistas surgidas no governo Collor de Mello, estendidas a Fernando Henrique Cardoso. Tais campanhas baseavam-se em políticas de ajustes estruturais da crise econômica e social vivida pelo país desde a década de 80.

No entanto, é nos anos de 1990 que as ideias neoliberais se desenvolvem com maior força no Brasil, e têm-se como marco e ponto de partida para o surgimento das políticas sociais no país a criação e promulgação da Constituição Federal de 1988, resultado das demandas das classes populares ao englobar suas necessidades coletivas, baseados no comprometimento de suas execuções. Dessa maneira, é apurado que os modelos sociais protetivos no Brasil, desde a C.F. de 88, elegem as famílias como foco central na “tríade composta também pelo Estado e o mercado” (CASTILHO; CARLOTO, 2010, p.13).

A partir desta verificação, é apreendido que apesar das famílias sempre terem sido foco central nestes sistemas, sua abordagem se diferencia dentre os diversos modelos socialmente protetivos aplicados em diferentes países no mundo⁶. Contudo, Campos e Miotto (2003) fazem destaque há três principais formas de análises postas à categoria família, sendo elas: “a família do provedor masculino”, o “*familismo*” e a “*família no Estado de Bem-Estar Social de orientação social-democrata*”.

Assim, o Brasil encontra seu modelo de proteção social baseado no *familismo*. Isso significa dizer que o país parte da lógica das agências internacionais de conferir e substituir seu papel enquanto provedor dos serviços protetivos para as famílias. E neste fluxo, as famílias e as políticas sociais competem papéis semelhantes, quando a ela é empregado à responsabilidade de “dar conta da reprodução e proteção social dos grupos que estão sob sua tutela” (CARVALHO, 2015, p. 297).

Ainda sobre o Brasil, as famílias posicionam-se dentro dos marcos legais e operacionais da Política Social de Seguridade Social principalmente na área da Assistência Social, e este posicionamento evidentemente “influencia o tamanho, composição, comportamentos, normas e valores familiares e paralelamente sua posição no contexto maior da sociedade” (CAMPOS; MIOTO, 2003, p. 176). Atualmente, a concepção adotada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é a de que “família é quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (BRASIL, 2004, p.25). Portanto, é nesse contexto que a política de assistência ao definir padrões familiares, define também quem serão as famílias contempladas pelos programas, projetos e serviços ofertados pela rede de assistência.

Sobre o destrinchar do Programa Bolsa Família, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2015), o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda criado em 2003, gerido por este ministério que visa à redução das desigualdades econômicas e sociais no Brasil. É uma política pública descentrali-

zada - ou seja, as três esferas de governo possuem a responsabilidade de gerenciar, aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar o programa - que atua, principalmente, nas áreas da Assistência Social, Educação e Saúde.

Ainda a partir desta fonte, para ter acesso ao PBF, o beneficiário necessita estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal. Este cadastro congrega informações sobre as famílias beneficiárias e cada um de seus membros, além das condições de vida dos mesmos. São essas informações – cadastradas e atualizadas sempre pelo município - que norteiam as seleções das famílias que serão beneficiárias deste programa.

Com a finalidade de superar a extrema pobreza, o PBF atua em três eixos. O primeiro caracteriza-se pela transferência direta da renda para as famílias extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 77,00) e pobres (com renda mensal de R\$ 77,00 a R\$ 154,00). O segundo refere-se à ampliação ao acesso de serviços básicos nas áreas acima citadas, através das condicionalidades impostas pelo programa, afim do rompimento do ciclo intergeracional da pobreza. E o terceiro, é a articulação com outras ações e programas das três esferas governamentais e da sociedade, que possam apoiar e subsidiar as famílias beneficiárias.

Para tanto, são tipificados em 04 os benefícios que, combinados, resultam os diferentes valores a serem pagos às famílias. Esses valores variam de acordo com a renda mensal familiar por pessoa, podendo aumentar caso haja a presença de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos e jovens de 16 e 17 anos. Sendo eles, o Benefício Básico (R\$ 77,00), prestado às famílias em situação de extrema pobreza mesmo que não possuam crianças, adolescentes e jovens. O Benefício Variável (R\$ 35,00), cedido às famílias em extrema pobreza, mas que possuem crianças e adolescentes até 15 anos, gestantes e nutrizes, concedido em número máximo de 05. O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) (R\$ 42,00), conferido as famílias que possuem jovens entre 16 e 17 anos em atividade escolar, sendo concedido em um número máximo de 02. E, por fim, o Benefício para Superação da Extrema Pobreza, designado para as famílias que, mesmo após o recebimento do Benefício Básico, dos Benefícios Variáveis e/ou Benefícios Variáveis Vinculados ao Adolescente, mantenham-se com renda abaixo ou igual aos R\$ 77,00.

Dessa forma, para receber o recurso, é necessário que os integrantes das famílias cumpram condições. As condicionalidades do PBF circunscrevem os serviços oferecidos por direito nas áreas da Saúde e Educação, ficando à responsabilidade do Estado, governos e municípios a garantia ao acesso e qualidade dos mesmos. No que tange à Saúde, às crianças menores de 07 anos devem estar com o calendário das vacinas em dia e ser acompanhadas em seu crescimento e desenvolvimento. Fora isso, as gestantes devem realizar pré-natal baseado no calendário da Organização Mundial da Saúde. Quanto à educação, os critérios são que as crianças de 6 a 15 anos e os jovens de 16 e 17 anos, estejam devidamente matriculadas nas escolas e obtenham pelo menos 85% e 75% respectivamente de frequência escolar anual.

Quando as condicionalidades são descumpridas, as famílias são primeiramente notificadas. Persistindo o descumprimento, serão então bloqueadas do programa, para depois, haver a suspensão no PBF. Durante este processo, há o acompanhamento pela Assistência Social para saber as causas dos descumprimentos, a fim de encontrar soluções. A importância desse acompanhamento pela Assistência é base para análise de como esta política pública tem chegado às famílias e se há a plenitude de sua efetivação.

Faz-se mister ainda, sinalizar que a gerência do recurso financeiro é prioritário a titularidade às mulheres, tendo em vista a necessidade do rompimento e superação da cultura

patriarcal e machista que vinga no Brasil, em especial nas camadas sociais mais pobres, a fim de contribuir para a resignação da cultura de dominação masculina presente nesta sociedade.

Tomando o que foi descrito acima, a análise que se faz é de que as políticas de assistência, especificamente as de combate à pobreza, elegem as famílias e a comunidade como parceiras do Estado e das organizações sociais no combate às desigualdades. Ao optar por centralizar as políticas sociais sobre as famílias, atribuem-se responsabilidades principalmente as mulheres *mães*. Esta atribuição está, também, centrada na ideia de que a mulher ainda é habitável ao mundo doméstico e por isto seria a principal gestora do lar, e possuidora de uma maior capacidade de reter as demandas dos outros membros familiares.

É constatado que em programas de transferência direta de renda como o Programa Bolsa Família, busca-se um desenvolvimento socioeconômico pautados na garantia da alimentação, saúde e manutenção das crianças e jovens no ambiente escolar, a fim de romper com o caráter intergeracional da pobreza a partir de um clico virtuoso pautado na educação.

Devido isto, pontuar o caráter de rompimento intergeracional da pobreza nos chama atenção sobre para qual público é designada esta função. Apesar do PBF ser direcionado a unidade básica da família, o que prevalece é a atenção às crianças. E, neste caso, o acréscimo ou diminuição de determinada variável do benefício, bem como a responsabilidade de romper com a pobreza e a extrema pobreza que assolam as famílias beneficiárias através do cumprimento das condicionalidades da educação e da saúde — como pontua o próprio programa —, são principalmente, destas crianças beneficiárias.

Carvalho (2015, p. 298) analisa que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) propende que as políticas públicas de proteções sociais voltadas para as famílias passam a partir de 1990 além de focar na mulher mãe, volta-se também para as crianças. Chama atenção em dizer que não era um olhar exatamente sobre a criança, mas, sobretudo, a criança dentro da família.

Dentro desse contexto, tanto as famílias quanto o Estado, produzem bens e serviços inerentes ao bem estar humano ao qual, dentro de uma perspectiva do consumo, normatizam o bom funcionamento das sociedades capitalistas, ao instituir esta relação ora pela via do Estado, através dos serviços públicos materializados pelas políticas públicas, ora pela família, responsável por prover condições materiais e afetivas a seus membros.

Assim, o Programa Bolsa Família, direciona as crianças mais que qualquer outro componente do grupo familiar, os deveres que sustentam a efetividade desta importante política pública “sendo ela então a responsável por trazer esse valor financeiro para a sua família” (SILVA, 2012). É a partir desta justificativa, ao “fato das crianças serem responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades da frequência escolar” (SILVA, 2012) que se encontra aqui a necessidade de tornar as crianças sujeitos úteis de análises, como também, saber como o uso do recurso do PBF vem sendo utilizado pelas crianças e como se configura o lugar delas dentro destas relações entre o público (Estado), o privado (Famílias) e o mercado.

SOBRE O SIGNIFICADO DO RECURSO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PELAS CRIANÇAS DO CRAS TERRA FIRME EM BELÉM DO PARÁ

No tocante ao trabalho de campo, como as atividades se concentraram em um único CRAS, foram entrevistadas quatro crianças, Gustavo 08 anos; Wellington 05 anos; Amanda 04 anos e Roberta 05 anos, que costumavam ir às reuniões mensais do CRAS, acom-

panhadas sempre e apenas por suas mães. As crianças possuem entre quatro e oito anos de idade e todas são residentes do bairro da Terra Firme. Quando perguntadas sobre *com quem elas moravam*, Gustavo responde que mora com o pai, a mãe, o irmão, a avó, a tia e o primo. Já Wellington 05 anos, mora com a mãe, com o padrasto no qual o menino chama de pai e, portanto, aqui o denominarei assim. A Almada 04 anos, mora com a mãe, o pai, as duas irmãs paternas, a tia e o marido da tia e seu primo, e a Roberta 05 anos mora com a mãe, o pai, a avó e o avô. A partir desta pergunta com quem elas moravam, tinha-se a intenção de perceber se existia ou não pluralidades de configurações familiares entre os beneficiários do Programa. A partir das conversas com essas crianças, ratificamos o entendimento de que dentro de uma mesma casa, há diversas extensões de agrupamentos familiares que não se restringem a família mononuclear.

Quanto ao *que elas gostam de fazer* todas elas responderam: brincar. Quando perguntadas sobre o que *estavam fazendo naquele lugar*, ao referir ao CRAS, Gustavo responde que gosta de ir porque tem brinquedo e o guarda da instituição “dá bola” para ele brincar. Já Wellington afirma que quando vai para o CRAS a mãe o deixa brincar. O mesmo responde Amanda. No momento em que se conversava com a menina, estávamos ao mesmo tempo brincando em um espaço dentro do CRAS destinado às crianças.⁷ Roberta não vai ao CRAS e diz que a sua mãe só a deixa brincar dentro de casa, pois onde mora há um sentimento de medo constante, provocado pelo alto índice de casos de violência no bairro. Segundo a mãe da Roberta, um dia quando a menina vinha do comércio próximo de casa, houve trocas de tiros e ficou em meio a eles. Desde então a mãe não permite que a menina brinque na rua de sua casa, ou longe dela. Abaixo está o desenho da Roberta, como representação do seu modo de brincar.



Figura 1: Desenho de duas bonecas feitas por Roberta - 05 anos

Quando questionadas sobre o Bolsa Família, se elas sabiam o que era, apenas Roberta responde de forma afirmativa. Para ela, “o bolsa família recebe dinheiro”, pois acompanha a mãe sempre que ela vai recebê-lo e “gosta quando a mãe compra roupa, calcinha, sandália e merenda de bolinha”. A *merenda de bolinha* expressão usada por Roberta faz men-

ção ao um biscoito de polvilho doce que em Belém é conhecido como “Beijinho de moça”, e em outros lugares como “Raivinha”. Quando perguntada se gostava de comer outras coisas, ela responde que gosta de comprar peixe para comer com açaí, e também “*tacacau*”. Ao pedir para que ela explicasse o que era *tacacau*, no intuito de saber o que seria, descrevia uma comida típica dos amazônidas, chamada de “tacacá”, não faz parte do cardápio da alimentação diária, é mais degustada em festas e o valor não é tão barato.

Durante uma brincadeira de “escolhinha” com Roberta, a menina reclama da mãe porque demora muito para receber o dinheiro e do pai porque não gosta de receber o Bolsa Família e que ele trabalha com corrida (moto táxi).

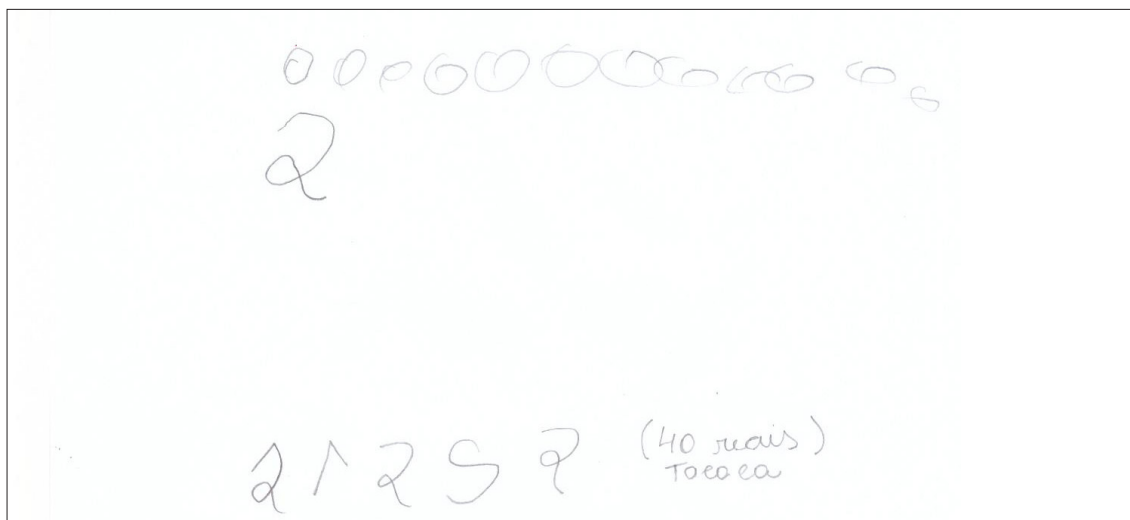


Figura 2: Representação do que Roberta chama de "Merenda de bolinha" e seu valor R\$2,00 reais, e abaixo a descrição do que para ela seria o valor do "Tacacau", e para ela estes números representam R\$ 40,00 reais

Apesar de outras crianças não saberem explicar que seria o PBF, quando perguntas *se alguém em casa compra coisas pra elas* todas responderam que sim. E para a pergunta *quem compra e o quê*, todas responderam que quem compra é a *mãe*. Na conversa com Gustavo, diz que vai na Y.Yamada⁸ com a mãe quando ela recebe seu dinheiro. O menino afirma que o “dinheiro é importante pra comprar tudo” e que compra “besteira” com o dinheiro que a mãe dá pra ele. Ao tentar saber o que seria esse *tudo*, ele responde “arroz, feijão, carne, frango, danone, bolacha, roupa, material da escola e o vídeo game”. Gustavo enfatiza que o pai não pede dinheiro para sua mãe, pois ele tem o dele, mas, vê a mãe reclamar quando o pai pega escondido o cartão dela, e aqui supomos ser o cartão do Programa.

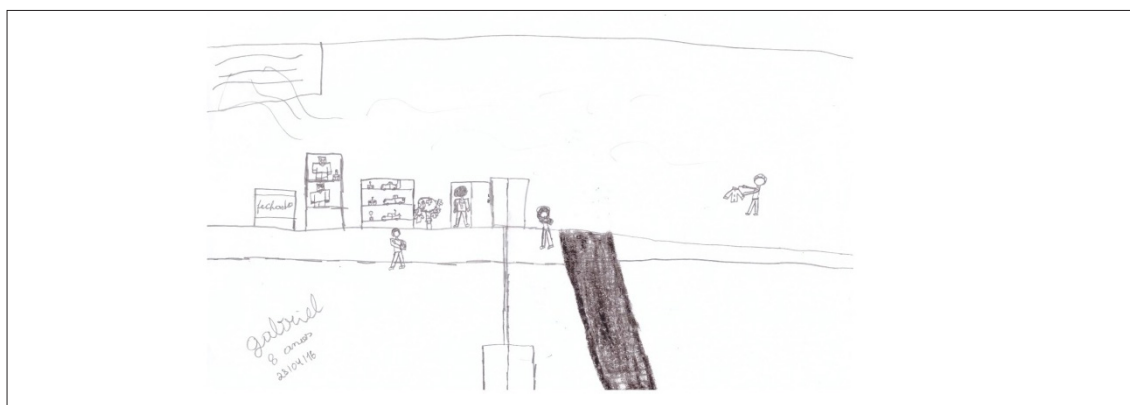


Figura 3: Desenho do Gustavo que, segundo ele, seria o supermercado Y.Yamada
Nota: no desenho ele está segurando o vídeo game que a mãe comprou lá

No caso do Wellington, quando perguntado sobre o que ele gosta de fazer, ele respondeu que gosta de comer “arroz, frango, feijão, açaí, camarão e farinha” e que gosta de merendar “refrigerante, biscoito, danone” e que sua mãe além de comprar comida pra ele o leva para passear na praça e brincar no pula-pula. Quando interrogado sobre *onde estava o pai dele*, responde que ele havia deixado no CRAS com sua mãe e tinha ido embora porque trabalha. Quando perguntado *se sua mãe também trabalhava*, o menino responde que trabalhava vendendo açaí em casa e que estudava, mas que mesmo assim a mãe pedia dinheiro ao pai.

Wellington chamou muito a nossa atenção, pois sempre que se perguntava sobre coisas que ele gostava de fazer ou comprar, respondia: “comida!”, principalmente, arroz. Tanto é que, seu desenho sobre o que mais gosta de fazer, foi um robô – alusivo ao brincar — mas, quando interrogado sobre a parte pintada em verde, responde da seguinte maneira: “são vários braços pra comer arroz”.



Figura 4: Desenho de um robô com "vários braços pra comer arroz" feito pelo Wellington

A partir deste contexto vivenciado com as crianças, a quem se destina o recurso do Programa Bolsa Família, entende-se que este direciona as crianças, mais do que a qualquer outro componente do grupo familiar, os deveres que sustentam a efetividade desta importante política pública, “sendo ela então a responsável por trazer esse valor financeiro para a sua família [...]. Fato das crianças serem responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades” (SILVA, 2012, p. 5).

Segue-se o entendimento ao qual o dinheiro recebido pelas famílias, no papel das mulheres mães do PBF, é destinado ao suprimento primeiro das necessidades humanas, no caso, a alimentação do conjunto familiar (SILVA, 2012); Compreendemos também, que este consumo pode alterar as relações sociais, econômicas e culturais provocadas nesta família tida como pobre, bem como o significado da política de transferência de renda na vida delas.

Desse modo, os iniciais estudos sobre as crianças, as visualizavam enquanto “seres incompletos, mini adultos ou em processo de formação a um adulto ideal” (SILVA, 2012). Com o avançar teórico sobre as categorias criança e infância, dá-se conta que estes sujeitos possuem personalidades próprias, estão inseridos num sistema não somente de reprodução da vida adulta, mas de entendimento sobre esta, e produz novas significações do mundo que se diferencia do adulto, mas que influencia ativamente nas relações e nos processos socioeconômicos e culturais nos quais todos são partícipes. Neste caso, especificamente, nas relações de consumo e superação da pobreza familiar.

Nesse sentido, não se pretende aqui excluir a compreensão adulta das relações sociais, mas há a procura da expansão da compreensão da simbologia do universo infantil que baseia as ações de todo o grupo familiar. “É fazermos estudos “a partir da” criança e entendermos outras relações e questões existentes na sociedade” (SILVA, 2012). As famílias nas quais as crianças estão inseridas, provavelmente não pertencem, majoritariamente, ao grupo de trabalhadores formais, ainda assim, são possibilitados de estarem inseridos na lógica de compras e vendas. Assim sendo, as crianças auferem ensinamentos dos adultos, mas recriam o seu entendimento.

Relacionados ao Programa Bolsa Família, as crianças compreendem as necessidades de suas famílias e, destarte, reproduzem a compreensão da necessidade objetiva primária que é a compra do alimento para todos da casa. E, por também contribuírem na execução das condicionalidades, há uma compreensão perante os adultos de que as crianças precisam ser recompensadas. Isso significa que as crianças influenciam no tocante ao gerenciamento de senão todo, parte do recurso recebido, vindo deste modo, a também ser agente no mercado e na dinâmica da vida familiar, possibilitando a abertura de relações geracionais mais simétricas no âmbito das famílias beneficiárias do Programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem da *família-tronco* para a *família nuclear*, segundo Szymanki (2015, p. 66) deu início a consequências diretas para as crianças. Uma dessas consequências foi a inserção delas na educação escolar que, na contemporaneidade, passa a considerá-las como sujeitos de direito na sociedade.

Historicamente, as crianças sempre foram úteis à coletividade. Sua inserção nas atividades escolares possui utilidade para manutenção da sociedade, através do que Qvortrup (2011, p. 324) irá chamar de contrato entre gerações. Dessa forma, “um pacto geracional é, em sua forma tradicional, um acordo não escrito sobre formas pelas quais obrigações e recompensas são distribuídas entre as gerações” (QVORTRUP, 2011, p.324).

Até o início do século XIX, as crianças trabalhavam assim que os adultos considerassem-nas aptas. Com a adoção de medidas que começaram a garantir um maior sustento aos adultos e idosos do grupo familiar, nas sociedades agora industrializadas, as crianças deixam então o ambiente do trabalho infantil clássico, para substitutivamente serem inseridas ao processo de escolarização (QVORTRUP, 2001). Logo, continuando assim, como contribuintes ativos de tarefas obrigatórias postas pelo Estado, a família e o mercado. Bem como nos remete Pires (2014, p. 223): “Se de um lado é o Programa Bolsa Família que garante o acesso a bens de consumo, de outro, é a escola que garante sua continuidade”.

A criança, em contextos de troca, relaciona-se de modo ativo e recíproco com as outras pessoas e o ambiente, influenciada e influenciando mudanças. A criança, não é aqui considerada como um adulto inacabado (SZYMANKI, 2015. p. 67) e as diferenças pontuadas entre adultos e crianças não deslegitimam os processos positivos que neles se envolvem.

Em relação ao uso deste recurso, o que se percebe é que este dinheiro recebido pelas mães é priorizado para o consumo de alimentos, seja do grupo familiar ao comprar o *grosso*, como dizem, a alimentação básica, seja para as *besteiras*, como chama e exigem as crianças e, ainda, as mães conduzidas por elas, gastam com os passeios nos parquinhos. É possível inferir, ante ao ponto de vista das crianças, que o dinheiro destinado às crianças proporciona além de uma melhor alimentação, a possibilidade do conforto e do lazer.

Assim, crianças e adultos, destinam o recurso do Programa de acordo com suas necessidades, que nem sempre são as prescritas nas orientações técnicas, como bem enfatizou Wellington, ao dizer que sua mãe o levava para passear no parquinho e Rosária, mãe de Roberta, ao confessar ter feito a compra de um *tanquinho* para lavar as roupas dela e também da sua filha e, desse modo, justificou ter conseguido mais tempo para a menina e aos trabalhos da casa.

A compreensão, portanto, da relação das crianças com as práticas de socialização promovidas pelas políticas públicas, demanda uma ruptura da mera reprodução irrefletida de práticas opinativas que não consideram os sujeitos a quem se destinam. Esse é o caso do Programa Bolsa Família em relação às crianças que, por meio das agências socializadoras (SZYMANKI, 2015, p. 68) — a escola (representação do público, ou seja, do Estado) e a família (do privado) —, necessita considerar que as trocas não só objetivas, mas também subjetivas na construção e execução dessa política em prol de sua efetividade.

Nesse sentido, levar à sério o ponto de vista das crianças, acerca do uso do recurso, coloca a necessidade de novas reflexões das normativas dessa política, como: as finalidades do recurso do Programa e os discursos moralizantes produzidos sobre o seu “uso indevido” por parte das famílias e, principalmente, das mulheres, já que são elas as gerenciadoras. Em vista disso, refletimos: como justificar o uso indevido de um recurso ínfimo?

Uma resposta muito difícil de ser dada, porque o robô de muitos braços para comer arroz de Wellington nos remete aos desenhos das demais crianças, às brincadeiras e às conversas que tivemos ao longo da pesquisa, onde o tema do alimento foi sempre levantado por elas. Não precisamos dizer que o alimento tem uma importância ímpar quando se trata de famílias pobres que se reúnem ao redor da mesa para compartilhar a pouca comida. Assim sendo, arriscamos afirmar que esse recurso, ainda que tão pouco diante de uma perspectiva emancipatória, tem sim uma importância na vida das crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família-FPB.

“THERE ARE MANY ARMS TO EAT RICE”: THE *BOLSA FAMÍLIA* PROGRAM RESOURCED BY CHILDREN

Abstract: this paper aims to discuss how the relationship between families, children and Social Assistance Policy is established, in the Bolsa Família program, regarding the use of the resource, that is, who manages it, how it is managed and what is its destination. To do so, we seek to identify and analyze the place children occupy in the family and the way they understand the utility of the benefit, since they are active participants of the conditions the Program imposes. In this sense, the methodological considers their point of view seriously, and is based on “researches on / with children”. The results show out that adults are committed to allocate the resource as it is indicated, however, this is not always the case, as children impose other needs. This means that children have influence over management, if not all, part of the resource received, thus becoming an agent in the market and in the dynamics of family life.

Keywords: *Social Policy. Social Assistance. Bolsa Família Program. Children. Childhood.*

Notas

- 1 Localizado na Av. Perimetral n. 1639, Terra Firme, Belém/PA. Para saber mais sobre o bairro da Terra Firme, consulte a dissertação de mestrado de Alves (2010): *Marchas e contramarchas na luta pela moradia (1979-1994)*, da autora Edivania Santos Alves, do Programa de Pós Graduação em História/UFPA, 2010.

- 2 A este respeito ver informações em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/01/relatorio-apontaque-pm-morto-em-chacina-estava-envolvido-com-milicia.html>>, <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2017/01/chacina-completa-uma-semana-em-belem-e-numero-de-mortos-chega-28.html>>, dentre outros.
- 3 Endereço: Passagem Vitória, 423 - Montese, Belém - PA, 66095-720.
- 4 Faremos uma melhor explicitação desse aspecto na descrição dos resultados, onde estão contidas as análises sobre a Política de Assistência, O Programa Bolsa Família, e o uso deste recurso pela perspectiva das crianças.
- 5 O Estado de Bem-Estar Social para Keynes, criado influenciado pela crise de 29, traz como ideário a intervenção do Estado na economia e no social. Constituiu-se na proposta político-econômica à regulamentação no mercado e os direitos sociais, reconhecendo o valor do capital e as necessidades da classe trabalhadora.
- 6 Para mais detalhes, ver Campos e Míoto (2003, p. 165-190).
- 7 O espaço tem brinquedos, ainda que não sejam muitos e nem apresente condições adequadas.
- 8 Uma das várias redes de supermercados existentes em Belém/PA.

Referências

- AMORAS, Maria. *“No Abacatal (também) uma Flor”*: um estudo antropológico sobre a relação criança & trabalho. Tese Doutorado em História. Belém: UFPA, 2014.
- ALVES, Edivânia Santos. *Marchas e contramarchas na luta pela moradia (1979-1994)*. Dissertação Mestrado em História. Belém: UFPA, 2010.
- CAMPOS, Marta Silva.; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. *Revista Ser Social*, n. 12, p. 165-190. 2003. Disponível em: < http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/23>.
- CASTILHO, Cleide de Fátima Viana; CARLOTO, Cássia Maria. O familismo na política de assistência social: um reforço à desigualdade de gênero. In: ANAIS I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. p. 13-21.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e políticas públicas. In: VITALE, Maria Amalia Faller; ACOSTA, Ana Rojas (Orgs.). *Famílias: rede, laços e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo. Cortez. 2015. p. 297-305.
- COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.
- FUNPAPA. *Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém: um olhar sobre o município e as territorialidades dos CRAS*. Belém: FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII – FUNPAPA, 2015.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- MDS. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.
- MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias. *Das pesquisas com crianças à complexidade da infância*. São Paulo: Autores Associados, 2011.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *Serv. Soc. Rev.*, v.12, n.2, p. 163-176, jan/jun, 2010.
- _____. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. *Revista Virtual Textos & Contextos*. n. 3, ano III, dez/2010. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/979/5119>>.
- PIRES, Flávia Ferreira. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 17, p. 1-348, 2008.
- _____. Do ponto de vista das crianças: uma avaliação do programa bolsa família. In: *Ava-*

liação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, v.1: Introdução e temas transversais. Brasília/DF, MDS/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

QVORTRUP, Jens. A infância como categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 36, p. 631-643, mai/ago. 2010.

_____. A volta do papel das crianças no contrato geracional. *Ver. Bras.* [online] v. 16, n. 47, p. 323-332, 2011

SILVA, Jéssica Karoline Rodrigues. “*Eu compro tudo de pelota: o Programa Bolsa Família e o consumo das crianças em Catingueira/PB*. In: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS Brasil. Teresina/PI, UFPI. 04 a 07 de setembro. 2012.

SOUZA, Emilene Leite de. As crianças e a etnografia: criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças. *Revista Iluminares*, v. 16, n. 38, p.140-164, jan/jul. 2015. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/57434>>.

SZYMANSKY, Heloísa. Ser criança: um momento humano. In: *Famílias: redes, laços e políticas públicas*. Maria Amália, Ana rojas Acosta (organizadoras). 6 ed. São Paulo. Cortez. p. 65-72. 2015.

THERBORN, Göran. *Sexo e Poder: a família no mundo, 1900-2000*. Tradução Elizabete Dória Bilac. São Paulo, Ed. Contexto, 2006.